



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Nathália Freitas Lima

**Relação entre os recursos destinados do FUNGETUR e a variação da atividade turística
no período da pandemia pelo COVID-19**

Brasília - DF

2021

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio de Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Nathália Freitas Lima

Relação entre os recursos destinados do FUNGETUR e a variação da atividade turística no período da pandemia pelo COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade para Sociedade

Área: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes

Brasília - DF

2021

Freitas Lima, Nathália

Relação entre os recursos destinados do FUNGETUR e a variação da atividade turística no período da pandemia pelo COVID-19 - Nathália Freitas Lima. — Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (CIÊNCIAS CONTÁBEIS)
— Universidade de Brasília - UNB: Brasília, 2021.

Orientador(a): Dr. José Lucio Tozetti

1. políticas públicas. 2. fungetur. 3. índices de atividades turísticas. 4. pesquisa mensal de serviços.

Nathália Freitas Lima

Relação entre os recursos destinados do FUNGETUR e a variação da atividade turística no período da pandemia pelo COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Dr. José Lúcio Tozetti.

Aprovado em 03 de novembro de 2021.

Prof.^a. Dr. José Lúcio Tozetti
Orientador

Prof. Dr. Edmilson Soares Campos
Professor - Examinador

Brasília - DF, novembro de 2021.

*“Não só transforma a sua mente,
O TURISMO muda o rumo da sua história”
RINALDO, P.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos, me fez saudável e capacitada para chegar até aqui. Aos meus pais, que sempre incentivaram meus estudos e me guiaram da melhor forma que poderiam ter feito. Que me educaram, me ensinaram grandes e preciosas lições, e me criaram para buscar sempre o melhor de mim sem nunca esquecer de onde vim e das minhas raízes. Por terem me dado a vida e por serem tudo nela. Aos meus irmãos e toda minha família, que me incentivaram e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho e de todo meu projeto de vida até aqui. Ao meu padrinho, que sempre soube me mostrar os pontos de vistas positivos e as oportunidades em todas as dificuldades encontradas no caminho, que me transpassa imensa sabedoria e conhecimento. Ao meu companheiro, que me acompanhou e esteve ao meu lado durante os momentos difíceis, que soube ser um verdadeiro parceiro e amigo neste momento. Ao professor José Lucio Tozetti, por ter me concedido a oportunidade de ser meu orientador e ter desempenhado tal função com extrema boa vontade e dedicação. Por ser tão bom docente e transmitir o conhecimento de tal forma. Aos professores do CCA/UNB, pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica. À Universidade de Brasília, essencial no meu processo de formação profissional, pela fabulosa experiência, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

RESUMO

O objetivo deste artigo é explorar os dados de operacionalização do Fundo Geral de Turismo – Fungetur e os índices de volume das atividades turísticas em determinados estados brasileiros e verificar como se deu o investimento por parte do Estado Federal voltado para o setor de Turismo no Brasil no âmbito, da implementação desse fundo como parte de um pacote de políticas públicas voltadas para o setor, principalmente no contexto da disseminação em massa do covid-19 pelo coronavírus SARS-CoV-2. Buscou-se compreender como se deu a relação entre a destinação dos recursos do Fungetur entre 1º semestre/2020 e o 1º semestre/2021 e a variação do índice de volume de atividades turísticas da Pesquisa Mensal de Serviços deste período nos estados brasileiros, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), tendo como base o comportamentos do índice nos últimos 5 anos. Foram realizadas tabulações cruzadas entre as variáveis exploradas e buscou-se identificar associações estatísticas através de testes estatísticos. Os resultados da pesquisa demonstram que aqueles estados brasileiros que se apresentaram com maior queda nas atividades turísticas foram em maior parte contemplados, em termos de quantidade e de valores, pelo Fundo. Ademais, foi constatado que a maior parte dos recursos do Fundo foram destinados para suprir demandas por capital de giro nas empresas.

Palavras-chave: 1. políticas públicas. 2. fungetur. 3. índices de atividades turísticas. 4. pesquisa mensal de serviços.

ABSTRACT

The purpose of this article is to explore the operational data of the General Tourism Fund - Fungetur and the volume indices of tourist activities in certain Brazilian states and to verify how the investment by the Federal State focused on the Tourism sector in Brazil took place in the implementation of this fund context as part of a package of public policies aimed at the sector, mainly in the context of the mass dissemination of covid-19 by the SARS-CoV-2 coronavirus. The author sought to understand the relation between the allocation of Fungetur resources between the 1st semester/2020 and the 1st semester/2021 and the variation in the volume index of tourist activities of the Monthly Survey of Services of this period in the Brazilian states, prepared by the Brazilian National Institute of Geography and Statistics (IBGE), based on the behavior of the index in the last 5 years. Cross-tabulations between the explored variables were performed and an attempt was made to identify statistical associations through statistical tests. The survey results show that those Brazilian states that presented the deepest drop in tourist activities were mostly covered, in terms of quantity and values, by the Fund. Furthermore, it was found that most of the Fund's resources were destined to meet demands for working capital in companies.

Keywords: 1. public policies. 2. fungetur. 3. tourist activities indexes. 4. monthly service survey.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis	27
Tabela 2 – Associação entre Montante Financiado e Unidade Federativa.....	43
Tabela 3 - Associação entre Montante Financiado e Unidade Federativa por período.....	45
Tabela 4 - Associação entre Montante Financiado e Finalidade por UF.....	47
Tabela 5 – Associação entre Montante Financiado e Atividade por UF.....	49
Tabela 6 – Associação entre Montante Financiado e Finalidade	51
Tabela 7 – Associação entre Montante Financiado e Atividade	52
Tabela 8 - Associação entre Volume de Atividades Turísticas (VIAT) e UFs por período.....	53
Tabela 9 – Associação entre Volume de Atividades Turísticas (VIAT) e Finalidade de Financiamento	54
Tabela 10 – Associação entre Recursos destinados por Finalidade e Volume de Atividades Turísticas e Atividades	55
Tabela 11– Associação entre Volume de Atividades Turísticas e Valores de Contratos do Fungetur.....	56

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Atividades Turísticas segundo IBGE	22
Quadro 2 – Variáveis da Pesquisa	25
Figura 1 - Níveis de contratos financiados por UF	28
Figura 2 - Destinação dos recursos do FUNGETUR entre 1º/2020 e 1º/2021	29
Figura 3 - Níveis de Contratos financiados por Finalidades de acesso	31
Figura 4 - Níveis de Contratos financiados por Atividades	32
Figura 5 - Níveis de Impacto nas Atividades Turísticas nos estados brasileiros entre 1º/2020 e 1º/2021, conforme PMS.....	33
Figura 6 - Níveis de impacto nas Atividades Turísticas x Finalidades de Financiamento	34
Figura 7 - Níveis de impacto nas Atividades Turísticas x Atividades contempladas pelo Fungetur	35
Figura 8 - Níveis de impacto nas Atividades Turísticas x Níveis de Financiamento	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REVISÃO DE LITERATURA E NORMATIVA.....	17
2.1. Estudos acerca de Políticas Públicas.....	17
2.2. Atores/Agentes de Políticas Públicas.....	18
2.3. Políticas Públicas no setor de Turismo no Brasil.....	19
2.4. Fundo Geral de Turismo – Fungetur.....	20
3. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	22
4. RESULTADOS.....	27
4.1. Análise do Fungetur	27
4.2. Análise das Variações dos índices de Volume de Atividades Turísticas (VIAT).....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICE	43

1. INTRODUÇÃO

Em consonância com sua natureza multifacetada, o turismo é considerado um campo de estudos multidisciplinar, passível de ser olhado a partir de diferentes lentes teóricas. Alguns pesquisadores, como Moreira (2018), consideram, inclusive, a possibilidade de situá-lo em uma dimensão transdisciplinar, ainda que seja (re)conhecida a hegemonia de algumas disciplinas sobre as demais.

Na perspectiva da atividade turística na visão acadêmico-científica voltada para o estudo das Políticas Públicas, o campo apresenta características que podem ser consideradas adequadas para a realização de análise, devido a diversidade que a atividade engloba, vide questões socioculturais locais, diversidade cultural dos turistas, regulamentação de políticas públicas, ou ainda pelas novas tecnologias relacionadas à hospedagem e deslocamento, que modificam a rotina do setor (ALBUQUERQUE, OLIVEIRA. 2020). Nesse sentido, presume-se a existência de uma complexidade de lógicas conflitantes e concorrentes que se tornam desafios para a prática da atividade turística, enquanto atividade econômica.

Embora detenha de vasto território e potencial, estudos apontam como principal causa da baixa competitividade brasileira no setor, a falta de infraestrutura (COSTA; HOFFMANN, 2006). O Plano Nacional de Turismo de 2003 aborda a falta de articulação entre elos públicos e privados da cadeia produtiva do setor também como um ponto fraco do turismo brasileiro. No cenário brasileiro contemporâneo, existe uma série de Programas e Ações do Governo Federal direcionados para o desenvolvimento do Turismo no país. O Plano Nacional de Turismo de 2018 a 2022 conjectura que o turismo será cada vez mais importante no contexto da economia nacional, à medida em que conseguir avançar com os objetivos propostos. São eles: contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda.

Tendo como subsídio a Lei nº 12.527/11 de Acesso a Informação (LAI), para fins de complementação de análise e escopo da pesquisa, foi solicitado via Portal de Acesso a Informação, protocolo n. 72020.001111/2021-49, informações do histórico e legislação do Fungetur. Desta forma, informações aqui inseridas tem como fonte as respostas recebidas, concedidas pela Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito da Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões do Ministério do Turismo. De acordo com esta fonte, primordialmente, o Fundo Geral de Turismo - Fungetur foi constituído pelo Decreto-Lei nº1.191, de 27 de outubro de 1971, com a finalidade de prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do

turismo nacional em cumprimento às regras do mencionado Decreto-Lei. Ao longo de sua existência, foi utilizado para financiar grande parte da atual infraestrutura turística existente no Brasil, como exemplo pode-se citar o Hotel Copacabana Palace, que foi gerido de 1971 a 2003 pela Embratur—Instituto Brasileiro do Turismo, conforme informações prestadas pela Lei de Acesso a Informação.

No contexto do COVID-19, desde meados de 2019 até hoje, o mundo enfrenta uma das mais severas crises sanitárias dos últimos anos com a disseminação em massa do novo coronavírus, que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar pandemia em março de 2020 e o Congresso Nacional do Brasil a decretar estado de calamidade pública, pelo Decreto Legislativo n 6, de 20 de março de 2020. A pandemia não afetou diretamente só a saúde dos indivíduos, mas também a forma como a sociedade se relaciona, os meios de transporte, os meios de trabalho e, especialmente, toda a cadeia produtiva, haja vista que uma das medidas adotadas para conter a disseminação é o distanciamento social. De forma inédita, todas as atividades foram profundamente afetadas, sofrendo com paralisações pontuais, restrições quanto ao seu funcionamento, adoção de novos protocolos sanitários e até mesmo o fechamento contínuo de estabelecimentos.

Conforme Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020, publicada pelo Ministério da Economia, entre as áreas mais impactadas pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente estão setores diretamente ligados à atividade turística, tais como: i) atividades artísticas, criativas e de espetáculos; ii) transporte aéreo; iii) transporte ferroviário e metroferroviário de passageiros; iv) transporte interestadual e intermunicipal de passageiros; v) transporte público urbano; vi) serviços de alojamento; e vii) serviços de alimentação. Os setores de organização de eventos e agenciamento de viagens não foram contemplados pela portaria, mas também foram igualmente impactados pela pandemia. Haja vista que o turismo envolve essencialmente a movimentação de passageiros, o usufruto de bens naturais, a visitação de espaços fechados e o constante convívio entre pessoas em diferentes ocasiões, percebe-se que foi um setor profundamente afetado pela pandemia.

Conforme o Ministério do Turismo (2021), após anos sem operacionalização, o Fungetur foi reformulado em 2020 e atualmente faz parte de uma campanha do MTur intitulada “Retomada do Turismo”, que, de acordo com o Ministério, é uma aliança nacional que reúne poder público, iniciativa privada, terceiro setor e Sistema S, coordenada pelo MTur, para mitigar os efeitos negativos causados no setor, em decorrência da pandemia da Covid-19. Ainda, de acordo com o MTur, no último ano, houve o aporte histórico no Fungetur de R\$ 5 bilhões de reais por meio de crédito extraordinário destinado a combater os efeitos da pandemia

de Covid-19 no setor de turismo. Sendo que os recursos orçamentários concebidos na Lei Orçamentária Anual - LOA e voltados para alocação no Fungetur são destinados a atender à demanda do setor de turismo, a exemplos os meios de hospedagens, centros de convenções, parques temáticos e outros equipamentos correlatos, fazendo jus a sua existência e finalidade, haja vista que essas ações objetivam aumentar o fluxo turístico nas regiões assistidas.

Neste contexto, esta pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: como os recursos disponibilizados pelo Fungetur se relacionou com a variação da atividades turística no período da pandemia pelo COVID-19?

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a relação entre os recursos para financiamentos das empresas do setor turístico disponibilizados pelo Fungetur e a variação da atividade turística nas Unidades da Federação brasileira entre 2020 e o 1º semestre de 2021, período mais afetados pela pandemia pelo COVID-19.

Desta forma, este artigo se justifica pela compreensão de como o Fungetur tem cumprido a sua proposta dada nos devidos parâmetros pré-definidos e normatizações aplicadas, mais especificamente no período da pandemia pelo COVID-19, o qual teve reflexos nas atividades turística.

A pesquisa considerou o levantamento de duas principais bases de pesquisas distintas: a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o Relatório de Dados de Operações Contratados pelo FUNGETUR disponibilizada pelo Portal da Transparência do Ministério do Turismo (MTur). A escolha das bases de dados se deu devido a amplitude destas no que tange a quantidade de bases investigativas disponíveis, possibilitando maior levantamento de informações sobre o tema abordado.

O trabalho está estruturado em 5 capítulos, além desta introdução, apresenta-se no capítulo a revisão de literatura e normativa que traz as considerações de variados autores brasileiros a respeito de política públicas e normatizações relacionadas a políticas públicas no setor do turismo. No capítulo 3 são demonstrados os procedimentos utilizados na elaboração da pesquisa, no capítulo 4 apresentam-se os resultados obtidos através da análise dos dados e por fim, no capítulo 5 são feitas as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2. REVISÃO DE LITERATURA E NORMATIVA

Neste capítulo são apresentados conceitos de diferentes autores do que vem a ser uma política pública, dos agentes capazes de influenciarem na elaboração e manutenção de políticas públicas, e por fim, a aplicação das políticas públicas no setor de Turismo no Brasil e como essa atividade pode ser eficientemente abarcada nos planos de desenvolvimento econômico do país.

2.1. Estudos acerca de Políticas Públicas

Inicialmente, se faz necessário compreender a definição de política pública. De acordo com Secchi (2016) “dois conceitos são fundamentais para entender o campo da política pública: o problema público e a política pública. O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção”.

É de consenso entre alguns estudiosos, como Mead (1995 *apud* Cruz, 2005) e Peters (1986 *apud* Cruz, 2005), do campo das ciências sociais voltadas para o estudo de Políticas Públicas acerca do conceito do que vem a ser este campo de pesquisa. De acordo com Lima, Steffen e D'Ascenzi (2018), “toda política pública se legitima a partir do enfrentamento de um dado problema social”. Os autores, ao conceberem a definição de política pública, expõem a existência de algo, no âmbito da Sociedade como um todo, considerado indesejável em que se desperta uma ação em contrapartida como forma de promover mudanças sociais. Secchi (2016) apresenta o conceito do termo como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

Corroborando com a prerrogativa de que, no âmbito de uma nação democrática com existência de um Estado soberano que busca atender às necessidades de determinada nação, ao se conferir a existência de um incômodo geral indesejado, a política pública se faz uma ferramenta imprescindível e primordial para se fazer cumprir a solução de um dado problema público. Essa ideia é reforçada por Secchi (2016) quando o autor define, a partir da conceituação de *Sjöblom* (1984 *apud* Secchi, 2013), problema público como “a distância entre o *status quo* e uma situação ideal possível para a realidade pública”. O autor entende que este conceito só existe quando passa a incomodar uma “quantidade ou qualidade considerável de atores”. Ao conceituar Política Pública, Secchi (2016) apresenta o termo como “um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros.” Neste sentido são definidos os processos de surgimento, elaboração e manutenção de uma Política Pública.

2.2. Atores/Agentes de Políticas Públicas

Dado o entendimento do que vem a ser Políticas Públicas, parte-se para uma segunda ideia importante a ser compreendida, que são os atores, agentes responsáveis pela criação e movimentação do Sistema no âmbito da aplicação e estruturação desta área. Souza (2006) resume Políticas Públicas como “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação”. Nesta definição, a autora foca como principal atuante no processo das políticas os governos e apresenta a definição de que “políticas públicas se constituem no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” A autora resgata, ainda, diversos autores que abordam a definição de políticas públicas buscando e enfatizando o protagonismo do governo enquanto realizador de ações, programas e atividades voltadas para o bem social, tais como Mead (1995 *apud* Cruz, 2005), Lynn (1980 *apud* Cruz, 2005), Peters (1986 *apud* Cruz, 2005) e Dye (1984 *apud* Cruz, 2005).

Numa abordagem das Políticas Públicas como parte de um campo científico a ser analisado e estudado, em contrapartida a essa visão centralizadora do Estado como protagonista, Lima e D’ascenzi (2016) trazem uma interessante abordagem acerca das ciências públicas. De acordo com os autores, inicialmente, este campo científico centrou-se no Estado e em suas ações, provavelmente por ser protagonista nas políticas universalistas típicas do Estado de bem-estar social dos países capitalistas avançados. Após um extenso processo de desenvolvimento social e global, a complexidade das questões sociais e as mudanças na forma de intervenção do Estado têm promovido a ampliação do campo de análise de novas formas organizacionais (como as redes de políticas públicas). Nesse sentido, o campo incorpora a diversidade de participantes e suas inserções institucionais. A descentralização da imagem do Estado também tem promovido a ampliação dos horizontes territoriais, abrangendo o conceito de políticas públicas para além dos Estados Nacionais.

Diante desta ideia, chega-se a uma definição mais contemporânea e adequada no cenário atual acerca do conceito de políticas públicas. Uma interpretação bem aceita entre estudiosos neste campo é o de que no processo das políticas públicas se faz necessário a atuação de diversos atores e fazedores de ações voltadas para o bem social. De acordo com Lima (2018), há um fluxo constante de novos agentes, como redes de políticas públicas e organismos internacionais. Eles desempenham um papel importante neste campo, propondo, defendendo e/ou financiando suas próprias políticas na tentativa de resolver eficazmente os problemas sociais.

Da Silva *et al* (2017) trazem a definição de políticas como “a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais. Elas são desenhadas a partir do

relacionamento e dos interesses existentes entre várias camadas da sociedade.” Ao emergir o interesse sobre várias camadas da sociedade, os autores partem do pressuposto de que as políticas públicas sofrem interferência não só do governo, mas também de outros agentes, e reforçam a interferência de cenários macroeconômicos de crise ou estabilidade. Os autores resgatam ainda que no ciclo das políticas públicas, os atores públicos são entendidos como gestores públicos, juízes, burocratas, políticos e demais órgãos do governo, e se referem àqueles que podem de fato decidir os rumos da política. Atores privados, como consumidores, empresários, trabalhadores, empresas, centrais sindicais, meios de comunicação, entidades do terceiro setor, etc., são aqueles que têm o poder de orientar a formulação de políticas e exercer influência sobre os agentes públicos.

A partir da definição de políticas públicas como uma matéria a ser desenvolvida não só pelo Estado, mas também por diversos outros atores importantes na Sociedade, Teixeira (2002) traz que políticas públicas são o princípio norteador das ações do poder público, as regras e procedimentos da relação entre o poder público e a sociedade e a mediação entre os atores sociais e o Estado. Nesse caso, são políticas claras, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, planos, canais de financiamento), e orientam ações que costumam envolver a utilização de recursos públicos. Neste sentido, faz-se importante, no processo de elaboração de uma política pública, esclarecer “*quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem*”, Teixeira (2002).

Ainda para Teixeira (2002), a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral torna cada vez mais relevante o debate público sobre as políticas adotadas pelo governo. Em maior parte, as políticas públicas são realizadas num campo extremamente conflitante e onde interesses e visões de mundo se entrecruzam, com difíceis demarcações a respeito dos limites entre público e privado. Surge, a partir daí, a necessidade do debate, transparência e elaboração de políticas públicas cada vez mais realizadas em espaços públicos.

2.3. Políticas Públicas no setor de Turismo no Brasil

No âmbito das políticas públicas direcionadas para o setor do Turismo, a regulação estatal sobre a atividade turística se aprofundou como consequência de uma participação cada vez mais ativa no setor como indutor de desenvolvimento econômico. No Brasil, a partir do final dos anos 80 passou-se a pensar com maior atenção no desenvolvimento da atividade como parte da estratégia econômica em âmbito Federal, passando a ser vista como engendradora de processos de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como instrumento minimizador

de (históricas) desigualdades regionais (Cruz, 2005).

No contexto brasileiro, tem-se que anterior ao início dos anos 90 não se tinha uma estrutura de políticas pensada para o Turismo, o setor foi por muitos anos marginalizado pela administração pública até a ocorrência das primeiras discussões acerca deste assunto. Conforme Cruz (2005), este período ficou marcado pela “redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado brasileiro”. De acordo com a autora, não há, no Brasil, no contexto turístico, precedentes na história que sejam didaticamente reveladores dos objetivos dos governos de dinamizar a atividade turística no Brasil. Dada o fomento do poder público no setor, surgiu a necessidade por parte do Estado de criar, no âmbito jurídico, uma ambiência necessária para a legitimação das ações que seriam realizadas.

Durante o final dos anos 80 e início dos anos 90, sucessivos programas de governo foram concebidos como forma de induzir o setor turístico no Brasil pelo Estado brasileiro, são exemplos o PRODETUR-NE¹, PNMT² e PROECOTUR³. Além dessas ações, houve neste mesmo período uma tentativa de resgate, por parte do governo federal, de projetos passados, como antigas linhas de financiamento, a exemplo o FUNGETUR, criado em 1971, linhas específicas de crédito no BNDES e o PRODETUR. Destes programas, a maioria deles implicou na criação de infraestruturas e manutenção e criação de novos sistemas de engenharia (Cruz, 2005).

2.4. Fundo Geral de Turismo – Fungetur

Em resgate ao enfoque principal deste artigo, volta-se ao contexto do Fungetur como política pública para desenvolvimento da atividade turística no Brasil e seus desdobramentos.

O Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, autorizou a extinta Embratur— Instituto Brasileiro de Turismo a constituir fundos especiais, desde que diretamente vinculados ao desenvolvimento do turismo. O Fundo Geral de Turismo - Fungetur foi constituído com a finalidade de prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional em cumprimento às regras do mencionado Decreto-Lei. O Fungetur, dessa forma, foi instituído como um fundo especial, regido pelas normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), sem personalidade jurídica, criado por lei (Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971), vinculado ao Ministério do Turismo, dispendo de autonomia patrimonial, orçamentária

¹Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

²Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

³ Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal.

e financeira, com a finalidade de fomentar e prover recursos para o financiamento de empreendimentos —obras e serviços —considerados de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

A gestão do Fungetur, até a criação do Ministério do Turismo, ficou a cargo da Embratur, consideradas as linhas gerais e o plano de ação aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo —CNTur, órgão colegiado de assessoramento do extinto Ministério da Indústria e do Comércio.

Posteriormente, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criou o Ministério do Turismo -MTur e transferiu para esta Pasta, nos termos da alínea "e" do inciso XXIII do art. 27, a gestão do Fundo Geral de Turismo. A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, denominada Lei Geral do Turismo, dispôs sobre a Política Nacional de Turismo, definiu as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e, no segmento do fomento à atividade turística (artigos 18, 19 e 20), tratou do Fundo Geral de Turismo —Fungetur.

Os recursos orçamentários concebidos na Lei Orçamentária Anual – LOA e alocados para o Fungetur são destinados a atender à demanda do setor de turismo, tais como os meios de hospedagens, centros de convenções, parques temáticos e outros equipamentos correlatos, fazendo jus a sua existência e finalidade, pois essas ações visam aumentar o fluxo turístico nas regiões assistidas. Outro ponto a destacar é que o Fungetur possui como principais diferenciais as taxas, que são pré-definidas e menores que as comumente praticadas no mercado, além da possibilidade de ser utilizado para financiar capital de giro, aquisição de bens (máquinas e equipamentos) e realização de obras (implantação, modernização, ampliação ou reforma).

Reformulado em 2020 pela Medida Provisória 963/2020, e posteriormente convertida na Lei nº 14.051/2020, o fundo tem evoluído para se adequar à nova realidade dos empresários brasileiros e, de fato, continuar a cumprir a função de mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como estratégia para o desenvolvimento social e econômico, mesmo em meio à atual pandemia. Os recursos são escoados por meio de agentes financeiros credenciados, que dispõem de total autonomia para análise e aprovação de crédito aos mutuários. Ou seja, as instituições financeiras atuam como intermediárias no processo de financiamento diretamente aos mutuários, que utilizam os recursos do Fundo para modernizar seus equipamentos turísticos e manter suas operações.

3. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O estudo caracteriza-se por uma abordagem exploratória a partir da investigação de indicadores de atividades turísticas no Brasil atrelados aos recursos operacionalizados do Fungetur e suas destinações em cada Unidade Federativa do Brasil. Para tanto, empregou-se a estratégia de pesquisa documental com a exploração de dados do Relatório de Operações Contratadas via Fungetur como fonte primária, segregados por unidade da federação, disponibilizado pelo Ministério do Turismo. Como técnica de coleta de dados foi realizada análise de conteúdo de categorização das informações obtidas deste relatório juntamente com às informações disponibilizadas no Sistema Sidra (Banco de Tabelas Estatísticas) acerca Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) como fonte secundária.

A pesquisa analisou o cruzamento de informações sobre a destinação dos recursos do Fungetur e o volume das atividades turísticas nos períodos do 1º semestre/2020 ao 1º semestre/2021, considerando o auge da disseminação do Covid-19 no Brasil, comparativamente ao comportamento dos 5 anos anteriores ao auge do coronavírus no país.

Para tanto, coletou-se dados dos 5.183 contratos que estavam disponíveis referentes a montante concedido a títulos de financiamento total em cada Unidade Federativa, segregados por finalidades de destinação (apresentadas no quadro 2) e pelo Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) dos demandantes destes financiamentos, entre os períodos do 1º semestre de 2020 ao 1º semestre de 2021. Os CNAE constantes no relatório do Fungetur foram agregados nas 10 atividades turísticas conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. Os códigos não identificados na PMS/IBGE, foram categorizados como outros, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Atividades Turísticas segundo IBGE.

Variável	Atividade	CNAEs Agregados
VA1	Agência de viagens e operadores turísticos	7911 + 7912 + 7990
VA2	Alojamento e Alimentação	5510 + 5590 + 5611 + 5612 + 5620
VA3	Atividades Culturais e de recreação e lazer	9001 + 9002 + 9003 + 9200 + 9321 + 9329
VA4	Locação de automóveis sem condutor	7711
VA5	Transporte aéreo de passageiros	5111 + 5112
VA6	Transporte aquaviário de passageiros	5022
VA7	Transporte por navegação de travessia	5091
VA8	Transporte rodoviário de passageiros	4911
VA9	Transportes aquaviários não especificados	5099
VA10	Trens turísticos, teleféricos e similares	4950
VA11	Outros	Demais CNAEs

Fonte: IBGE

Da base Sidra (Banco de Tabelas Estatísticas) do IBGE, foram coletados os índices de volume de atividades turísticas elaborados com base na PMS para 12 Unidades da Federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. A PMS não abrange todo o território nacional para apuração dos dados, o que acarreta numa amostra de 4.454 contratos do Fundo com base somente nas UFs selecionadas pela PMS, o que representa 86% de todos os contratos entre 2020 e 1º semestre de 2021.

O cadastro básico de seleção da amostra da PMS é formado por empresas agregadas em códigos do CNAE presentes na Pesquisa Anual de Serviços de 2014 (PAS 2014). A PAS 2014 também é realizada pelo IBGE e investiga informações sobre as características estruturais básicas dos setores empresariais prestadores de serviços não financeiros no País.

De acordo com o IBGE (2020), o monitoramento do setor de serviços, e consequentemente das variáveis da pesquisa, é realizado por meio dos indicadores mensais a partir de estimativas de receita bruta total de prestação de serviços das empresas investigadas, agrupadas por Unidades da Federação e por atividades. As atividades características do setor turístico compreendem aproximadamente 422 diferentes subcategorias, que para fins de análise foram agregadas conforme CNAEs da PMS em 10 diferentes grupos de atividades, conforme quadro 2. Apesar da redução da amplitude da pesquisa em não considerar as subcategorias de formas separadas, optou-se por trabalhar com tal especificidade em detrimento da composição múltipla das dimensões no ambiente turístico.

As variáveis estudadas a partir da PMS foram exploradas considerando as médias semestrais dos índices de volume de atividades turísticas dos últimos 5 anos anteriores a 2020 (início da pandemia causada pelo Covid-19) para cada Unidade da Federação.

Para tal, foram coletados na base Sidra/IBGE os índices mensais de volume das atividades turísticas com 'base fixa (2014=100)', dos anos de 2015 a 2020 e do primeiro semestre de 2021 para cada UF. Com base nestes dados, foram calculados os índices semestrais de 2015 até o primeiro semestre 2021 a partir do somatório dos índices de volume para cada UF (conforme apresentado nas equações 1 e 2).

$$S1a = \sum_{n=1}^6 (I_n) \quad (1)$$

$$S2a = \sum_{n=7}^6 (I_n) \quad (2)$$

Considerando que:

I_n = índice mensal de volume da atividade turística no mês n , sendo $n = 1...12$;

a = ano de referência, sendo $a = 2015...2021$;

$S1a$ = índice de volume da atividade turística do 1º semestre no ano a ;

$S2a$ = índice de volume da atividade turística do 2º semestre no ano a ;

Os índices semestrais foram separados em 2 grupos de períodos: antes da pandemia, 1º/2015 a 2º/2019; e durante a pandemia, 1º/2020 a 1º/2021. Em seguida, foram calculadas as médias dos 5 indicadores de cada semestre antes da pandemia (equações 3 e 4) para servirem como base para apuração da variação dos índices de volume de cada semestre durante a pandemia (equações 5, 6 e 7).

$$M1 = \frac{S1_{15} + S1_{16} + S1_{17} + S1_{18} + S1_{19}}{5} \quad (3)$$

$$M2 = \frac{S2_{15} + S2_{16} + S2_{17} + S2_{18} + S2_{19}}{5} \quad (4)$$

$$VIAT_{1/2020} = \frac{S1_{20}}{M1} \quad (5)$$

$$VIAT_{2/2020} = \frac{S2_{20}}{M2} \quad (6)$$

$$VIAT_{1/2021} = \frac{S1_{21}}{M1} \quad (7)$$

Considerando que:

$S1a$ = índice de volume da atividade turística do 1º semestre no ano a , sendo $a = 15...21$;

$S2a$ = índice de volume da atividade turística do 2º semestre no ano a , sendo $a = 15...20$;

$M1$ = média dos índices de volume da atividade turística dos 1ºs semestres antes da pandemia;

$M2$ = média dos índices de volume da atividade turística dos 2ºs semestres antes da pandemia

$VIAT_{1/2020}$ = variação do índice de volume da atividade turística no 1º semestre 2020 em relação aos primeiros semestres dos anos anteriores à pandemia;

$VIAT_{2/2020}$ = variação do índice de volume da atividade turística no 2º semestre 2020 em relação aos segundo semestres dos anos anteriores à pandemia;

$VIAT_{1/2021}$ = variação do índice de volume da atividade turística no 1º semestre 2021 em relação aos primeiros semestres dos anos anteriores à pandemia.

Para a análise das associações, as variáveis foram categorizadas de forma a diferenciar os níveis dos montantes disponibilizados às empresas (variável quantitativa) com os níveis de variação dos índices de volume da atividade turística nos estados brasileiros (variável quantitativa). Para categorização das variáveis referente ao valor dos contratos do Fungetur, foi realizada segregação por quintil, conforme apresentado quadro 2. Os dados de variação dos índices de volume das atividades turísticas foram categorizados com base no tercil da variável que mede a variação do índice de volume da atividade turística (VIAT) para cada semestre do período analisado. Estas, juntamente com as demais variáveis exploradas nos procedimentos da pesquisa, estão apresentados no quadro 2:

Quadro 2 – Variáveis da Pesquisa

Variável	Fonte do Dado	Categorias	Sigla
Volume da Atividade Turística (VIAT)	SIDRA/IBGE	1 - UF com maiores variações no semestre	T1
		2 - UF com variações médias no semestre	T2
		3 - UF com baixas variações no semestre	T3
Valor dos Contratos (VC)	Relatório de Dados de Operações Contradas do Fungetur	1 - até R\$ 31.597	Qi1
		2 - de R\$ 31.598 até R\$ 60.000	Qi2
		3 - de R\$ 60.001 até R\$ 107.754	Qi3
		4 - de R\$ 107.755 até R\$ 250.000	Qi4
		5 - de R\$ 250.001 até R\$ R\$ 20 milhões	Qi5
Finalidade (FIN)		Bem	VF _n 1
		Bem/Capital de Giro	VF _n 2
		Bem/Obra	VF _n 3
		Capital de Giro	VF _n 4
		Obra	VF _n 5
Atividade (ATV)		Agência de viagens e operadores turísticos	VAt1
		Alojamento e Alimentação	VAt2
		Atividades Culturais e de recreação e lazer	VAt3
		Locação de automóveis sem condutor	VAt4
		Transporte aéreo de passageiros	VAt5
		Transporte aquaviário de passageiros	VAt6
		Transporte por navegação de travessia	VAt7
		Transporte rodoviário de passageiros	VAt8
		Transportes aquaviários não especificados	VAt9
		Trens turísticos, teleféricos e similares	VAt10
		Outros	VAt11

Fonte: IBGE e MTur

Como técnica de análise, foi empregada a tabulação cruzada (tabelas de contingências) das categorias relacionando as variáveis de valores de contratos por UF, por finalidade de utilização, atividade, finalidade por atividade todas segregadas por período. Foi realizado

também cruzamento das variáveis de variação do índice de volume de atividades turísticas (VAt) por finalidade, atividade e por decimais de valores de contratos (Qi).

Para verificar a significância estatística da associação entre as variáveis, foi utilizado o teste Qui-quadrado de Pearson, utilizado para confirmar a existência da associação quando retorna um coeficiente com nível de significância menor ou igual a 0,05 entre as variáveis selecionadas.

A força das associações foi apurada através das Medidas de Assimetria: Phi, Cramer's V, Coeficiente de contingência. A classificação do coeficiente de correlação de Pearson foi utilizada como parâmetro para força da associação. Os testes foram realizados por meio do software SPSS Statistics.

4.RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados obtidos por meio de testes estatísticos entre as variáveis do Fungetur utilizadas na pesquisa. Em considerando os resultados obtidos dos testes estatísticos de associação e correlação das variáveis, verificou-se, conforme apresentado na tabela 1, que a média de contratos com aval do Fungetur foi de R\$ 247.464,60. Dos contratos, o de menor valor foi de R\$ 2 mil reais, e quando aos de maior valor, foram verificados 2 contratos na faixa de R\$ 20 milhões de reais. Foram verificados 5.183 contratos, e para cruzamento dos dados do Fungetur com os dados da Pesquisas Mensal de Serviços do IBGE, foram considerados 4.454 contratos.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis

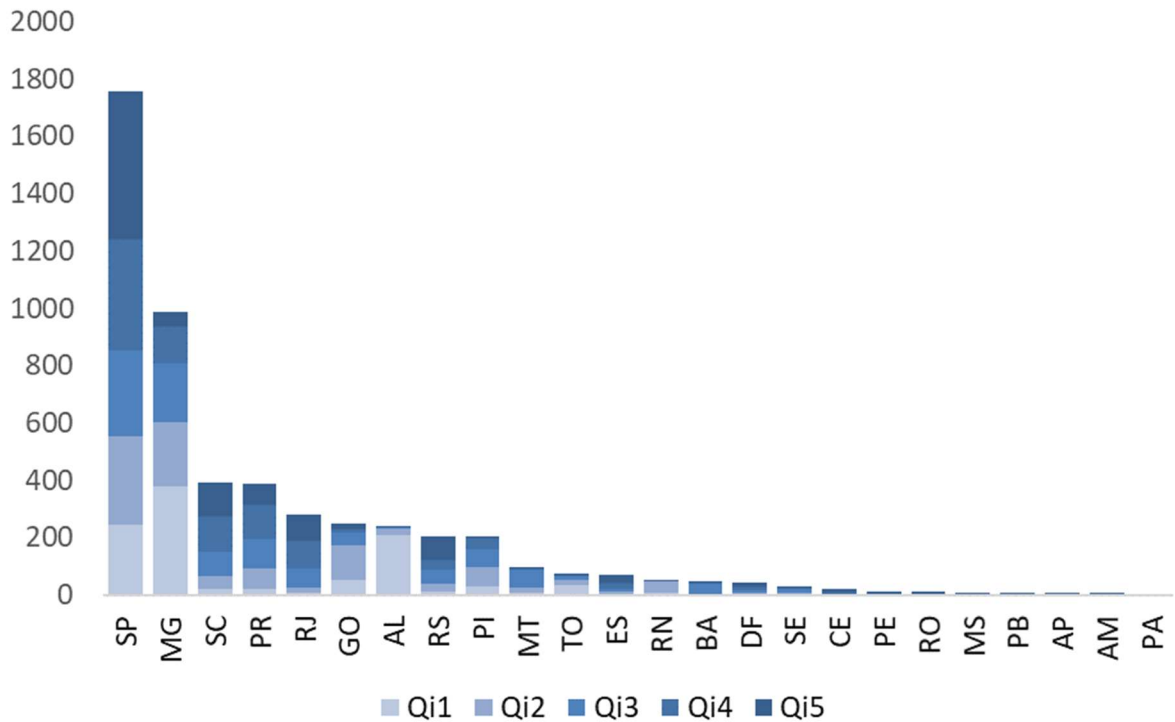
Estatística	Valores de Financiamento	Volume de Atividades Turísticas
Média	247.464,60	-0,346
Desvio Padrão	751.921,59	0,082
Mínimo	2.000,00	-0,522
Máximo	20.000.000,00	-0,114

Fonte: elaboração própria

4.1. Análise do Fungetur

Ao todo, foi verificado um montante de recursos contratados pelo Fungetur de R\$ 1.282.609.012,35 no período compreendido entre 1º semestre de 2020 e o 1º semestre de 2021. Foram observados 5.183 contratos efetivados entre empresas e instituições financeiras credenciadas, nos quais a maior parte deles ocorreu nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Na tabela 2 (APÊNDICE A) está apresentada a distribuição de financiamentos concedidos com aval do Fungetur distribuídos por unidades federativas do Brasil. O estado de São Paulo concentrou a maior fração em todos os níveis de montantes disponibilizados, dentre os de menores e maiores valores, concentrando 33,9% dos contratos observados. Com exceção desta UF, verificou-se que dentre os contratos de maior valor (Qi5), companhias estabelecidas em Santa Catarina e no Rio de Janeiro estiveram dentre as que mais receberam estes recursos, com uma concentração de contratos na fração de 11,1% e 8,4% respectivamente. Dos contratos mais baratos (Qi1), a maior parte deles esteve concentrada em Minas Gerais (36,4%).

Figura 1 - Níveis de contratos financiados por UF



Fonte: MTur

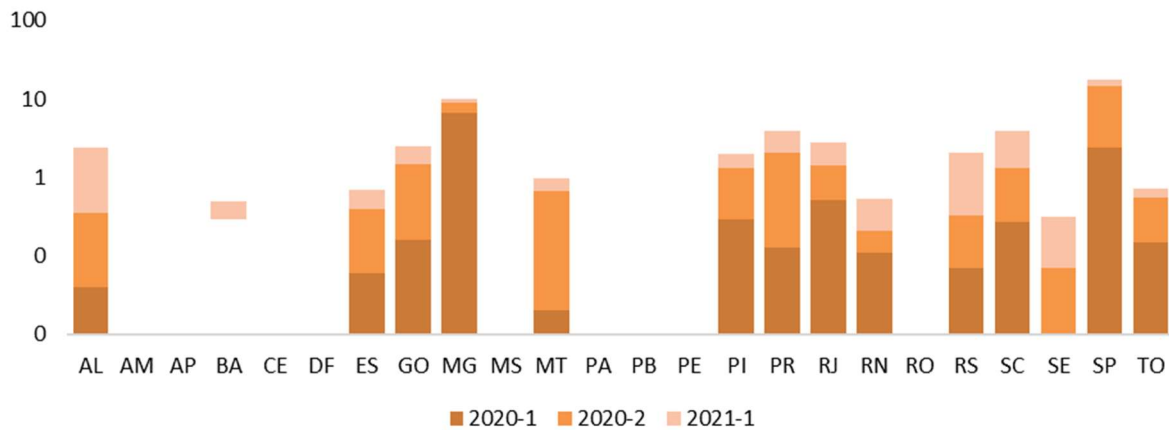
O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 2 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de valores dos contratos e as UFs do estudo. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 2 indicam a força da associação, ou seja, a associação entre o valor dos contratos e as UFs é do tipo moderada (*contingency coefficient* igual a 0,541) e estatisticamente significativa [*Sig. (2-sided)* é menor do que 0,01].

Na tabela 3 (APÊNDICE B) está apresentada a destinação de recursos do Fungetur por Unidade Federativa entres os períodos da pesquisa, 1º/2020 a 1º/2021. No 1º semestre de 2020, verificou-se uma maior incidência de recursos nas regiões Sul e Sudeste, com maior apuração nos estados de Minas Gerais e São Paulo, computados 60,9% e 22,1% dos recursos distribuídos nesse período, respectivamente. A partir do 2º semestre/2020 foi observada uma crescente operacionalização do Fundo no Paraná (8,3%), Goiás (5,6%) e Piauí (4,3%), sendo este último um dos estados da Região Nordeste onde foi observada maior captação de financiamentos por parte de empresas de maneira geral. Este maior fluxo para os demais estados demonstra uma breve descentralização da destinação de recursos do Fundo com maior dispêndio para regiões antes não atendidas.

No último período da pesquisa, Alagoas teve maior representatividade dentre as UFs

da região Nordeste com 11,5% do montante destinado neste período, juntamente com os estados de Santa Catarina (14,6%) e Rio Grande do Sul (9,6%). Em considerando os três semestres de referência da pesquisa, os estados aqui citados foram os de maior destaque no campo de observação, indicando que neles houve maiores volumes de recursos disponibilizados e mais empresas no período da pandemia. Observou-se maior movimentação de financiamentos realizadas com aval do Fundo no 2º período/2020, com 45,1% de todo montante destinado durante o período da pesquisa, em seguida o 1º/2021, com 34,3% do valor total de operações contratadas.

Figura 2 - Destinação dos recursos do FUNGETUR entre 1º/2020 e 1º/2021



Fonte: MTur

O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 3 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias correlacionadas. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 3 indicam que a força da associação é do tipo moderada e estatisticamente significativa.

Em relação a Tabela 4 (APÊNDICE C), nela estão apresentados os contratos do Fungetur selecionados por finalidades de dispêndio dentre os estados brasileiros. As finalidades de financiamento que tiveram maior incidência na pesquisa foram capital de giro (VF_n4) e bem (VF_n1). Em termos de contratos realizados, por meio dessa tabela é possível verificar que houve um maior número de contratos realizados com voltados para financiar capital de giro nas empresas. Quando observado por UF, os estados de Minas Gerais e São Paulo representaram os estados com maior incidência de financiamentos para estas finalidades. Minas Gerais, com maior incidência de financiamentos para Bens, representou 86,1% do montante desta categoria, e São Paulo, com 37,6% do valor total destinado para Capital de Giro. Dos financiamentos para obras (VF_n5), o estado do Piauí foi aquele com mais contratos realizados. O estado também

teve uma alta representatividade quando observados os financiamentos voltados para bem e capital de giro de forma conjunta (VF_{n2}).

O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 4 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de finalidades dos contratos e as UFs do estudo. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 4 indicam que a associação entre as variáveis é do tipo moderada e estatisticamente significativa.

Na tabela 5 (APÊNDICE D) está demonstrada a distribuição dos recursos do Fungetur nos estados brasileiros por atividades. Em analisando as empresas que tiveram acesso ao Fungetur, tem-se que a maior parte dos contratos realizados foi destinada àquelas voltadas para atividades de Alojamento e Alimentação (VAt2), com pouco mais da metade dos financiamentos do Fundo. Em seguida, tem-se que Outras Atividades (VAt11) tiveram maior quantidade de contratos efetuados e montante destinado, juntamente com as atividades de Agências de Viagens e Operadores Turísticos (VAt1), que obtiveram, em 3º lugar, 497 contratos realizados. Das empresas categorizadas como ‘Outras’, foi verificado que parte das empresas observadas corresponde a empresas que não são consideradas como turísticas pela PMS, mas que de certa forma, são complementares a Atividade Turística em determinada região, não necessariamente ligadas de forma direta.

Verificou-se que os Estados de Minas Gerais e São Paulo concentraram a maior parte de financiamentos dentre as categorias de atividades com maiores destinações. Das empresas de Alojamento e Alimentação (VAt2), Minas Gerais foi o estado que mais recebeu financiamentos e juntamente com o estado de São Paulo, somou mais de 45% desta categoria entre todas as UFs. Das demais atividades com campos de observação relevantes, apurou-se que das atividades relacionadas a Locação de automóveis sem condutor (VAt4), o Piauí concentrou a maior parte dos financiamentos, com 37,7%. No que pese a categorização dos montantes financiados, as variáveis VAt5, VAt6 e VAt7 não carregaram nenhum dado de operacionalização pelo Fundo.

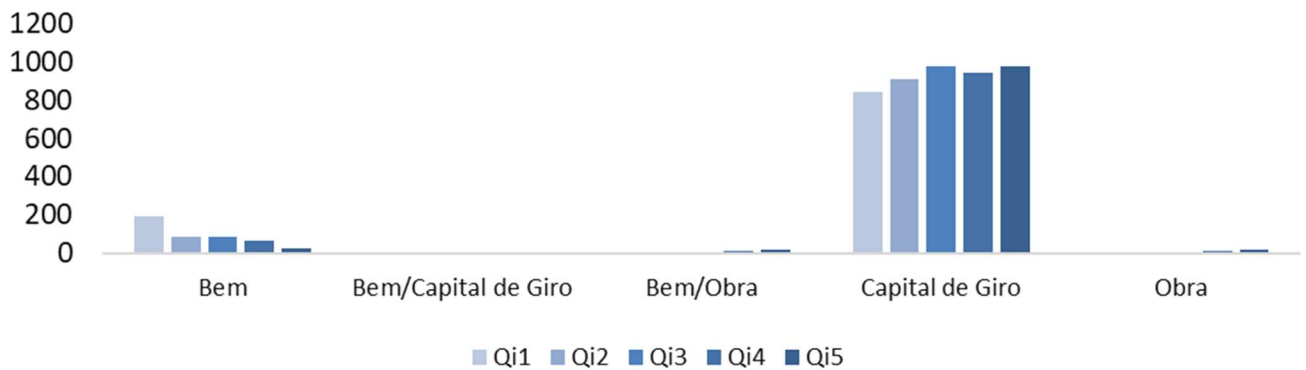
O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 5 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de atividades das empresas solicitantes e as UFs relacionadas. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 5 indicam que a força da associação é do tipo forte (*contingency coefficient* igual a 0,450) e estatisticamente significativa [*Sig. (2-sided)* é menor do que 0,01].

Na tabela 6 (APÊNDICE E) a relação apresentada é entre as categorias de finalidade de financiamento e concentração de valores contratos por quintis. Conforme apresentado previamente, praticamente a totalidade dos recursos do Fundo foi destinada para manter

minimamente as operações dos empreendimentos contemplados na tentativa de garantir a continuidade das empresas, conforme observado, foi apurada uma captação de recursos de 89,5% para Capital de Giro (VAt4) pelos testes estatísticos.

Foi possível observar que a maior parte dos contratos de maior valor (Qi5) foram direcionados para Capital de Giro (VAt4), com 93,8% dos dados verificados. Essa observação pode ser justificada pela necessidade das empresas de se manter em funcionamento diante do impacto da pandemia na geração de receitas e caixa. Foi observado que, dentre os contratos de menor valor (Qi1 e Qi2), a maior parte dos recursos foi destinada para investimentos em Bens, com apuração de 8,9% do total.

Figura 3 - Níveis de Contratos financiados por Finalidades de acesso



Fonte: MTur

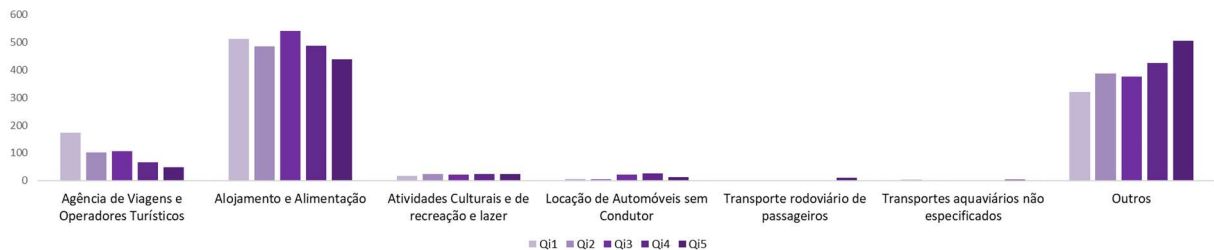
O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 6 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de valores dos contratos e as finalidades de financiamento. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 6 indicam a força da associação entre as variáveis é do tipo forte e estatisticamente significativa.

Na tabela 7 (APÊNDICE F) estão relacionados os níveis de contratos com as atividades contempladas pelo Fundo. A maior parte dos contratos foi observada nos Qi3 e Qi5, ou seja, contratos de valores medianos e contratos de valores mais altos (superiores a R\$ 250 mil). Dos contratos de maior valor, existe uma maior observação de destinação para empresas não consideradas turísticas, com 48,6% dos contratos Qi5. Aqueles de menor valor, foram destinados para empresas de Alojamento & Alimentação, com 48,5% dos contratos Qi1. Com base nos dados observados da tabela 7, pode-se afirmar também que, apesar de terem recebido mais créditos de menor valor, mais empresas de Alojamento & Alimentação foram contempladas pelo Fundo em relação às empresas consideradas de Outras atividades que não turísticas.

Não foi possível apresentar as atividades atribuídas como “outras” (VAt11), devido ao alto grau de pontos de observação verificados. De maneira geral, as demais variáveis da pesquisa somaram no máximo 4,0% do montante total destinado no período estudado.

O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 7 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de valores dos contratos e as atividades turísticas demandantes. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 7 indicam que a força da associação entre o valor dos contratos e as atividades a que foram direcionadas é do tipo forte e estatisticamente significativa.

Figura 4 - Níveis de Contratos financiados por Atividades

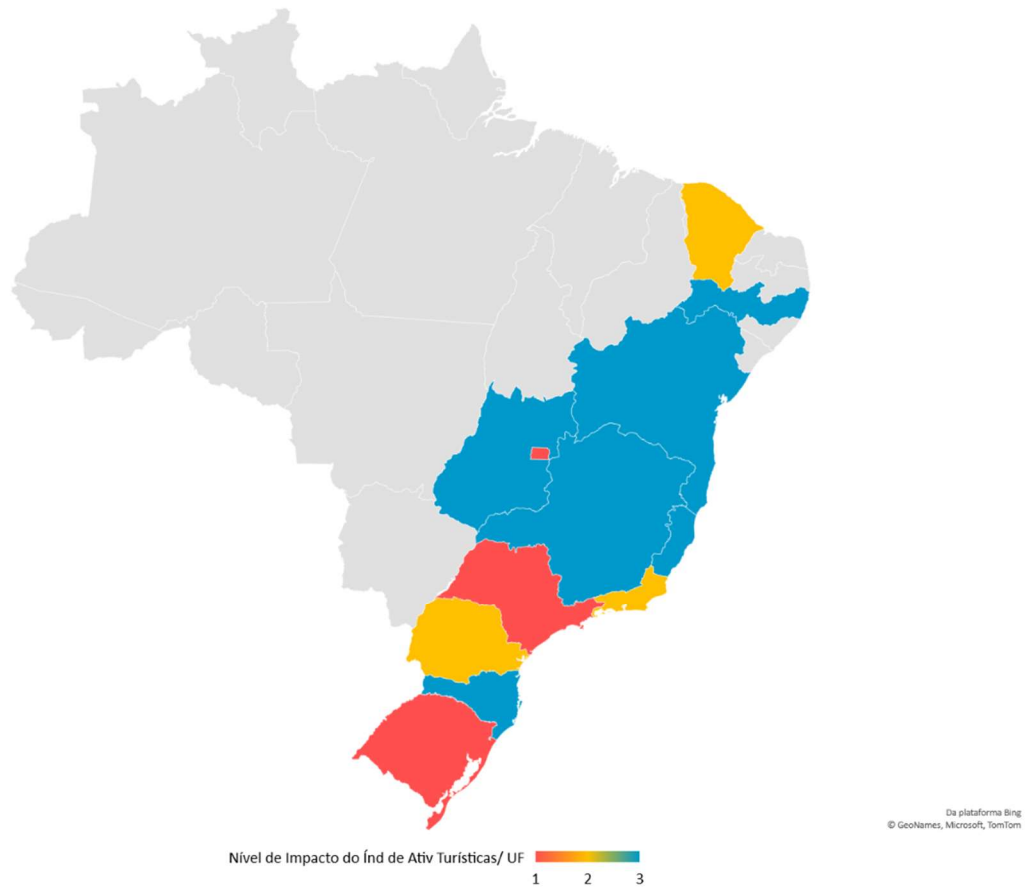


Fonte: MTur

4.2. Análise das Variações dos índices de Volume de Atividades Turísticas (VIAT)

Com base nos índices de volume de atividades turísticas elaborados pela na PMS e na categorização como: T1 = alta variação; T2 = variação média; T3 = variação baixa, na tabela 8 (APÊNDICE G) é apresentado o cruzamento dos dados, que verificou que no 1º/2020, período inicial da disseminação do coronavírus no Brasil, houve uma maior variação no volume das atividades turísticas nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. A partir do 2º semestre de 2020, estes dois últimos estados permaneceram naqueles que sofreram maiores impactos, e os estados de São Paulo e Bahia passaram a apresentar maiores quedas em atividades turísticas. No último período observado, o estado do Ceará se estabeleceu dentre os estados mais afetados. Na categoria T3, de menor impacto nas atividades, de maneira geral, estiveram inseridos estados como o Goiás, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais, apresentado menores variações no índice de volume. Verificou-se que, de modo geral, houve uma maior variação negativa dentre os estados da região Sul e Sudeste, com maiores observações destes estados na categoria T1.

Figura 5 - Níveis de Impacto nas Atividades Turísticas nos estados brasileiros entre 1º/2020 e 1º/2021, conforme PMS



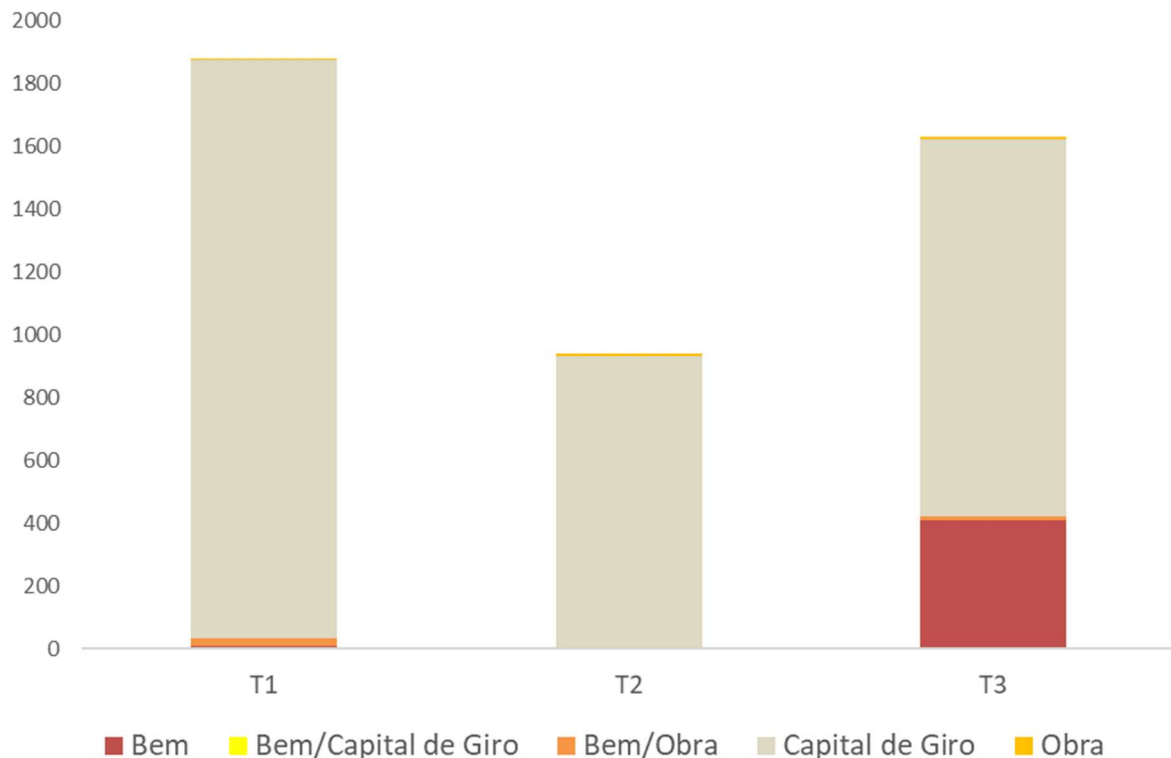
Fonte: IBGE

Na tabela 9 (APÊNDICE H) apresenta-se o cruzamento das variações dos índices de Atividade Turísticas com as finalidades de acesso verificadas na pesquisa. Foi observado que, independente do impacto observado na atividade turística, os recursos destinados com finalidade de financiar Capital de Giro (VA_{t4}) foram aqueles mais demandados pelas empresas, sendo que as maiores observações desta categoria finalidade foram nos estados com maiores variações (T1) e variações médias (T2), 98,0% e 98,5% respectivamente. Verificou-se também que, considerando os estados que tiveram menor impacto nas atividades turísticas (T3), houve uma maior demanda por financiamento de bens. Subentende-se, a partir das informações verificadas, que aquelas empresas localizadas em regiões que não sentiram com maior rigidez o impacto da pandemia, tiveram maior abertura para investir em bens.

O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 9 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de finalidade dos contratos e as atividades constantes no estudo. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 9 indicam a força da associação, ou seja, a associação entre as variáveis é do tipo forte e estatisticamente

significativa.

Figura 6 - Níveis de impacto nas Atividades Turísticas x Finalidades de Financiamento



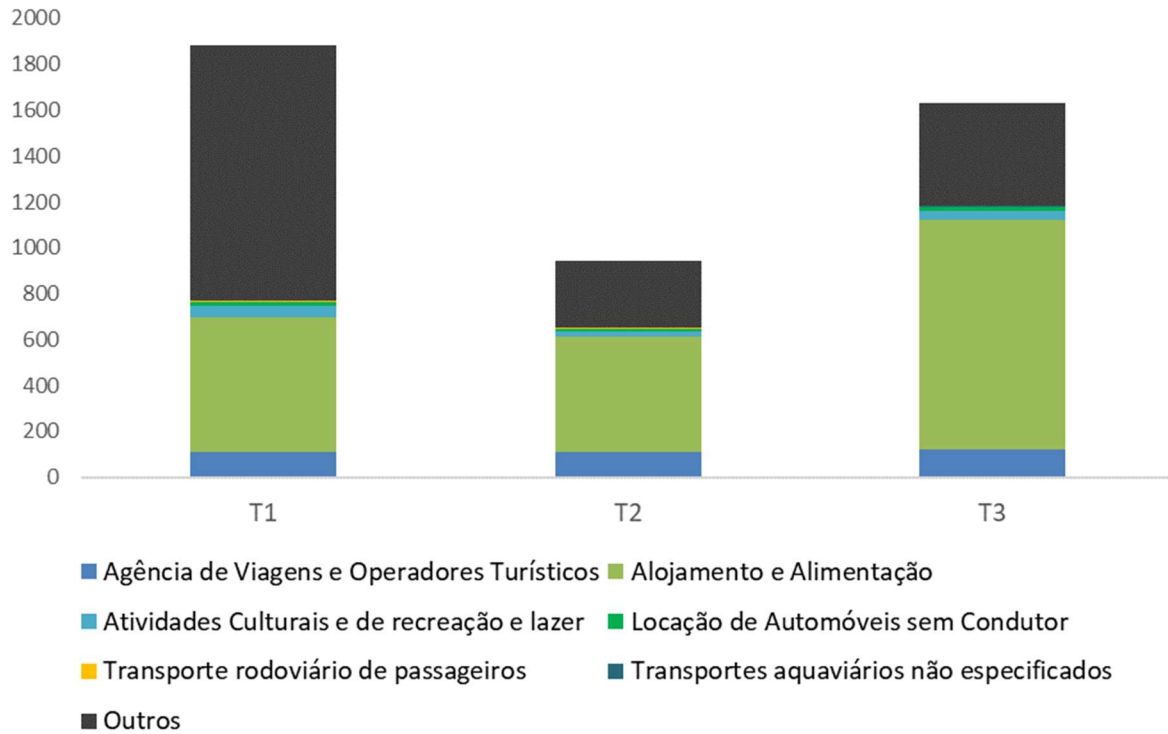
Fonte: elaboração própria

Na tabela 10 (APÊNDICE I) são associadas as destinações do Fungetur por atividades contempladas com o Volume de Atividades Turísticas em níveis de impacto. Nos estados onde houve maior impacto (T1) com a disseminação da pandemia do Covid-19, foi observado um maior direcionamento de recursos para empresas de Outras atividades (VAt11), com 59% das observações, seguida daquelas diretamente ligadas a Atividades de Alojamento e Alimentação (VAt2), com 31,2%. Daqueles estados em que foram observados impactos mediano (T2) e baixo (T3), a maior parte dos recursos do Fungetur foi demandada pelas empresas das atividades da VAt2, com 53,7% e 61,5% respectivamente. As atividades relacionadas a Agência de viagens e operadores turísticos (VAt1) foram as que demonstraram, em terceiro lugar, a maior destinação dos recursos, sendo a maior parte verificada nos estados com variação média no volume das atividades turísticas. De maneira geral, de fato naqueles estados apresentados na T1, com maior variação do volume das atividades, foi verificado uma maior incidência de recursos destinados e empresas contempladas.

O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 10 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de níveis de variação das atividades

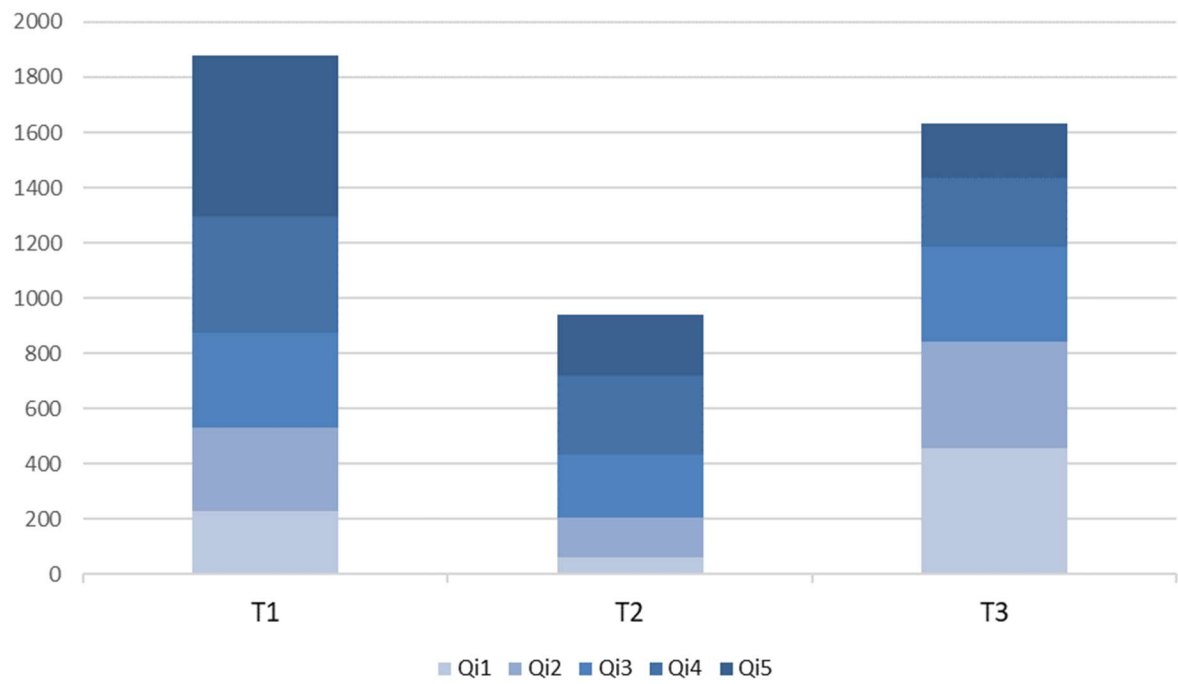
turísticas nas UFs e as atividades contempladas pelo Fungetur. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 10 indicam que a força da associação entre as variáveis é do tipo forte e estatisticamente significativa.

Figura 7 - Níveis de impacto nas Atividades Turísticas x Atividades contempladas pelo Fungetur



Fonte: elaboração própria

Por fim, na tabela 11 (APÊNDICE J) são apresentados os resultados do cruzamento entre dados dos valores de contratos realizados com o nível de variação das atividades turísticas observados nas UFs estudadas. A maioria das empresas localizadas nos estados com maior impacto (T1) nas atividades turísticas demandou a maior parte dos contratos, inclusive aqueles de maiores valores, constantes na categoria Qi5, com 31,1% dos contratos efetivados observados. Em contrapartida, naqueles estados que demonstraram impacto baixo (T3), foi observada a maior parte dos contratos mais baratos do Fundo, estimadamente 27,8%. O resultado do teste de associação apresentado na parte B da tabela 11 demonstra que existe associação estatística significativa entre as categorias de valores dos contratos de financiamento com aval do Fungetur e os níveis de variação das atividades turísticas nos estados. As medidas de associação constantes na parte C da tabela 11 indicam a força da associação, ou seja, a associação entre o valor dos contratos e os níveis de atividades turísticas é do tipo forte (*contingency coefficient* igual a 0,305) e estatisticamente significativa [*Sig. (2-sided)* é menor do que 0,01].

Figura 8 - Níveis de impacto nas Atividades Turísticas x Níveis de Financiamento

Fonte: elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar compreender a relação entre o Índice de Atividades Turísticas, elaborados e divulgados pela Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) com a destinação dos recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR entre o 1º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021 no contexto da pandemia do COVID-19, a pesquisa verificou dados de 5.183 contratos concedidos com aval do Fungetur, sendo 4.454 dados de operações financiadas em cruzamento com os índices de volume de atividades turísticas dos estados constantes da PMS. Observou-se as disposições referentes à distribuição de recursos pelo Fundo e relacionou de forma categorizada com características apresentadas pelas empresas da amostra.

Os estados que mais apresentaram impacto nas atividades turísticas estão concentrados na região Sul e Sudeste, e, conforme dados disponíveis da PMS, as variações médias ou baixas nas atividades turísticas dentro do período assistido foi em maior parte observada nos estados do Nordeste brasileiro. Verificou-se que de maneira geral, houve um maior direcionamento de recursos para empresas localizadas em estados que demonstraram ter tido uma maior variação nas atividades turísticas, em termos de montante e quantidade de contratos efetivados. Conforme aumento do impacto no volume de atividades turísticas em determinada região, maior foi o direcionamento de contratos e de contratos de maior valor do Fungetur.

Além disso, foi possível concluir também que maior parte dos contratos efetivados foram destinados para manutenção ou financiamento de capital de giro e investimentos em bens por parte das empresas, sendo que as empresas localizadas nos estados com maior variação solicitaram mais financiamentos para capital de giro, e as empresas dos estados com menores variações investiram mais em bens e obras. Partindo-se do pressuposto que o Turismo é uma das atividades mais prejudicadas diante do contexto de pandemia e crise econômica, entende-se a queda acentuada no volume de atividades em contrapartida da manutenção de passivos e obrigações ao longo do tempo, e, portanto, a necessidade de mais capital de giro, do que investimentos em infraestrutura, por exemplo.

No tocante às atividades turísticas contempladas pelo Fundo, foi constatado que a maior parte dos recursos do Fundo foi direcionado para empresas dos setores de alojamento e alimentação, em seguida de empresas de outros setores não considerados de atividades turísticas pela PMS. A maior parte dos contratos de menores valores foram destinados para o setor turístico, enquanto que as empresas da categoria ‘outros’ receberam maiores aportes de altos financiamentos. Dessa categoria, foi verificado que parte das empresas observadas corresponde

a empresas não consideradas como turísticas pela PMS, mas que de certa forma, são complementares ou ajudam a fomentar as atividades turísticas em determinada região.

Dos testes de correlação realizados, a maioria deles se apresentou com associações fortes e significativas para as variáveis estudadas, sendo possível afirmar as relações diretas e conclusivas acerca do índice estudado em comparação com os investimentos do Fungetur.

A pesquisa esteve limitada ao estudo das Unidades Federativas constantes na PMS do IBGE, não sendo possível determinar para o cenário nacional e demais estados acerca das variáveis definidas e estudadas. Além dessa, outra limitação no escopo do artigo se deveu em decorrência da alta observação de CNAEs contemplados pelo Fungetur que não estão identificados pelas atividades turísticas definidas pela PMS, deixando um gargalo na população da amostra no que diz respeito á identificação das outras atividades beneficiadas por financiamentos via Fungetur.

Como sugestão para futuras pesquisas, chama-se atenção para a utilização de indicadores de receitas das atividades turísticas entre as Unidades Federativas, atreladas a informações disponibilizadas pelo Anuário Estatístico de Turismo divulgado pelo Ministério do Turismo, que abrange dados e informações sobre a dinâmica do turismo no Brasil e no mundo, com informações de fluxo de passageiros, fluxo de hospedagem, demandas internacionais e domésticas, indicadores socioeconômicos, dentre outros. Sugere-se também o estudo voltado para os potenciais turísticos do Brasil, além dos investimentos privados para o setor, considerando a abertura do Estado para impulsionamento e desenvolvimento do Turismo enquanto atividade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. P. de. **Da Embratur à política nacional de turismo**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], v. 19, n. 31, p. 146-163, 2012. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v19i31p146-163. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48087>. Acesso em: 17 out. 2021.

ALBUQUERQUE, M. C. B. de; OLIVEIRA, S. A. de. **A construção social da identidade turística: uma visão do institucionalismo organizacional**. Revista Turismo em Análise, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 435-454, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i3p435-454. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/172371>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 27 out. 1971. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1191.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683impressao.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Regulamento Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.051, de 8 de setembro de 2020.** Abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), para o fim que especifica. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.051-de-8-de-setembro-de-2020-276227425>. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 963, de 7 de maio de 2020.** Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv963.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020.** Lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19. Brasília, 14 set. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-20.809-de-14-de-setembro-de-2020-277430324>. Acesso em: 17 out. 2021.

COSTA, H. A.; HOFFMANN, V. E. **Competitividade de destinações turísticas: elementos e indicadores aplicados no estudo da administração turística de Balneário Camboriú - SC, Brasil.** Revista Turismo em Análise, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 135-154, 2006. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v17i2p135-154. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/68292>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado.** Revista Geosul, [s. l.], v. 20, ed. 40, p. 27-43, 1 jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13234/12254>. Acesso em: 17 out. 2021.

DA SILVA, Allan Gustavo Freire et al. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro.** Revista Debates, [s. l.], ano 2017, v. 11, n. 1, p. 25-42, 17 out. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/72132/41081>. Acesso em: 17 out. 2021.

Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Enap (ed.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019. 323 p. v. 1. ISBN 978-85-256-0123-0. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

LIMA, Ezequias de Souza et al. **Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Dinâmicas Sociais E Regionalização.** Revista Diálogos Interdisciplinares, [s. l.], ano 2019, v. 8, n. 4, p. 1-8, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/702/742>. Acesso em: 17 out. 2021.

LIMA, Luciana L.; ASCENZI, Luciano D'. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local.** Porto Alegre: Editora Metamorfose, 2018. 187 p. Disponível em: https://www.anepcp.org.br/redactor_data/20201126104025_Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas_gest%C3%A3o%20urbana%20e%20desenvolvimento%20local_Lima_Dascenzi.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasília). Coordenação-Geral de Apoio ao Crédito da

Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões. **Acesso à Informação:** Histórico de funcionamento do FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo. Brasília, 8 jul. 2021. Portal Fala.br. Manifestação n.72020.001111/2021-49. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/DetalheManifestacao.aspx>. Acesso em: 19 out. 2021.

MOREIRA, M. G.; CAMPOS, L. J. de. **Motivação de Viagem:** uma problematização a partir dos pressupostos teóricos da análise do discurso pecheutiana. Revista Turismo em Análise, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 128-143, 2018. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v29i1p128-143. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/127306>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Secchi, L. Análise de Políticas Públicas: **Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** Brasil: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522125470. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125470/>. Acesso em: 17 Out 2021.

Souza, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias [online]. 2006, n. 16 , pp. 20-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Epub 07 Jan 2008. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 17 out. 2021.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR-BA, [s. l.], p. 1-11, 2002. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Associação entre Montante Financiado e UF

Tabela 2 – Associação entre Montante Financiado e Unidade Federativa

Parte A – Tabulação Cruzada								
UF			Valor dos Contratos (VC)					Total
			Qi1	Qi2	Qi3	Qi4	Qi5	
AL	Count		210	23	1	0	5	239
	% within VC		20,3%	2,3%	,1%	,0%	,5%	4,6%
AM	Count		0	0	0	1	1	2
	% within VC		,0%	,0%	,0%	,1%	,1%	,0%
AP	Count		2	0	1	1	0	4
	% within VC		,2%	,0%	,1%	,1%	,0%	,1%
BA	Count		1	4	33	5	7	50
	% within VC		,1%	,4%	3,1%	,5%	,7%	1,0%
CE	Count		0	2	3	5	10	20
	% within VC		,0%	,2%	,3%	,5%	1,0%	,4%
DF	Count		2	6	8	13	13	42
	% within VC		,2%	,6%	,8%	1,3%	1,2%	,8%
ES	Count		3	10	10	22	25	70
	% within VC		,3%	1,0%	,9%	2,1%	2,4%	1,4%
GO	Count		53	120	45	15	18	251
	% within VC		5,1%	11,9%	4,2%	1,5%	1,7%	4,8%
MG	Count		377	225	206	129	49	986
	% within VC		36,4%	22,3%	19,3%	12,5%	4,7%	19,0%
MS	Count		0	0	0	2	4	6
	% within VC		,0%	,0%	,0%	,2%	,4%	,1%
MT	Count		7	20	61	5	6	99
	% within VC		,7%	2,0%	5,7%	,5%	,6%	1,9%
PA	Count		0	0	0	2	0	2
	% within VC		,0%	,0%	,0%	,2%	,0%	,0%
PB	Count		0	0	0	2	3	5
	% within VC		,0%	,0%	,0%	,2%	,3%	,1%
PE	Count		0	0	3	3	8	14
	% within VC		,0%	,0%	,3%	,3%	,8%	,3%
PI	Count		29	68	61	40	4	202
	% within VC		2,8%	6,8%	5,7%	3,9%	,4%	3,9%
PR	Count		20	71	106	118	74	389
	% within VC		1,9%	7,1%	9,9%	11,4%	7,1%	7,5%
RJ	Count		6	20	66	99	88	279
	% within VC		,6%	2,0%	6,2%	9,6%	8,4%	5,4%
RN	Count		6	40	1	2	4	53
	% within VC		,6%	4,0%	,1%	,2%	,4%	1,0%
RO	Count		1	0	3	4	4	12
	% within VC		,1%	,0%	,3%	,4%	,4%	,2%
RS	Count		11	28	49	38	78	204
	% within VC		1,1%	2,8%	4,6%	3,7%	7,5%	3,9%
SC	Count		23	41	87	124	116	391
	% within VC		2,2%	4,1%	8,2%	12,0%	11,1%	7,5%
SE	Count		4	4	13	3	8	32
	% within VC		,4%	,4%	1,2%	,3%	,8%	,6%
SP	Count		246	308	297	392	515	1758
	% within VC		23,7%	30,6%	27,9%	38,0%	49,4%	33,9%
TO	Count		36	17	12	6	2	73
	% within VC		3,5%	1,7%	1,1%	,6%	,2%	1,4%
Total	Count		1037	1007	1066	1031	1042	5183

% within VC	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parte B - Teste de Associação						
	Value	Sig. (2-sided)				
Pearson Chi-Square	2140,169	,000				
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação						
	Value	Sig. (2-sided)				
Cramer's V	,321	,000				
Contingency Coefficient	,541	,000				

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE B – Associação entre Montante Financiando e UF por período

Tabela 3 - Associação entre Montante Financiando e Unidade Federativa por período

Parte A - Tabulação Cruzada						
UF	AL	Count	Período			Total
			2020-1	2020-2	2021-1	
		4	31	204	239	
		% within UF	1,7%	13,0%	85,4%	100,0%
		% within período	,4%	1,3%	11,5%	4,6%
	AM	Count	0	0	2	2
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,1%	,0%
	AP	Count	0	0	4	4
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,2%	,1%
	BA	Count	0	29	21	50
		% within UF	,0%	58,0%	42,0%	100,0%
		% within período	,0%	1,2%	1,2%	1,0%
	CE	Count	0	0	20	20
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	1,1%	,4%
	DF	Count	0	0	42	42
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	2,4%	,8%
	ES	Count	6	33	31	70
		% within UF	8,6%	47,1%	44,3%	100,0%
		% within período	,6%	1,4%	1,7%	1,4%
	GO	Count	16	131	104	251
		% within UF	6,4%	52,2%	41,4%	100,0%
		% within período	1,5%	5,6%	5,9%	4,8%
	MG	Count	652	240	94	986
		% within UF	66,1%	24,3%	9,5%	100,0%
		% within período	60,9%	10,3%	5,3%	19,0%
	MS	Count	0	0	6	6
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,3%	,1%
	MT	Count	2	64	33	99
		% within UF	2,0%	64,6%	33,3%	100,0%
		% within período	,2%	2,7%	1,9%	1,9%
	PA	Count	0	0	2	2
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,1%	,0%
	PB	Count	0	0	5	5
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,3%	,1%
	PE	Count	0	0	14	14
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,8%	,3%
	PI	Count	29	101	72	202
		% within UF	14,4%	50,0%	35,6%	100,0%
		% within período	2,7%	4,3%	4,1%	3,9%
	PR	Count	13	193	183	389
		% within UF	3,3%	49,6%	47,0%	100,0%
		% within período	1,2%	8,3%	10,3%	7,5%
	RJ	Count	51	90	138	279
		% within UF	18,3%	32,3%	49,5%	100,0%
		% within período	4,8%	3,9%	7,8%	5,4%
	RN	Count	11	10	32	53
		% within UF	20,8%	18,9%	60,4%	100,0%
		% within período	1,0%	,4%	1,8%	1,0%
	RO	Count	0	0	12	12
		% within UF	,0%	,0%	100,0%	100,0%
		% within período	,0%	,0%	,7%	,2%
	RS	Count	7	26	171	204

	% within UF	3,4%	12,7%	83,8%	100,0%
	% within período	,7%	1,1%	9,6%	3,9%
SC	Count	27	104	260	391
	% within UF	6,9%	26,6%	66,5%	100,0%
	% within período	2,5%	4,5%	14,6%	7,5%
SE	Count	1	6	25	32
	% within UF	3,1%	18,8%	78,1%	100,0%
	% within período	,1%	,3%	1,4%	,6%
SP	Count	236	1237	285	1758
	% within UF	13,4%	70,4%	16,2%	100,0%
	% within período	22,1%	53,0%	16,0%	33,9%
TO	Count	15	41	17	73
	% within UF	20,5%	56,2%	23,3%	100,0%
	% within período	1,4%	1,8%	1,0%	1,4%
Total	Count	1070	2336	1777	5183
	% within UF	20,6%	45,1%	34,3%	100,0%
	% within período	100,0%	100,0%	100,0%	100,0% ^a
Parte B - Teste de Associação					
		Value	Sig. (2-sided)		
Pearson Chi-Square		2847,742	,000		
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação					
		Value	Sig. (2-sided)		
Cramer's V		,524	,000		
Contingency Coefficient		,595	,000		

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE C – Associação entre Montante Financiado e Finalidade por UF

Tabela 4 - Associação entre Montante Financiado e Finalidade por UF

			Parte A - Tabulação Cruzada					
			Finalidade (FIN)					
			Bem (VF _{n1})	Bem/Capital de Giro (VF _{n2})	Bem/Obra (VF _{n3})	Capital de Giro (VF _{n4})	Obra (VF _{n5})	Total
UF	AL	Count	1	0	0	238	0	239
		% within FIN	,2%	,0%	,0%	5,1%	,0%	4,6%
	AM	Count	0	0	0	2	0	2
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%
	AP	Count	0	0	0	4	0	4
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,1%	,0%	,1%
	BA	Count	0	0	0	50	0	50
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	1,1%	,0%	1,0%
	CE	Count	0	0	0	20	0	20
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,4%	,0%	,4%
	DF	Count	2	0	4	35	1	42
		% within FIN	,4%	,0%	10,5%	,8%	2,7%	,8%
	ES	Count	5	0	4	61	0	70
		% within FIN	1,1%	,0%	10,5%	1,3%	,0%	1,4%
	GO	Count	8	1	3	236	3	251
		% within FIN	1,7%	10,0%	7,9%	5,1%	8,1%	4,8%
	MG	Count	396	0	1	588	1	986
		% within FIN	86,1%	,0%	2,6%	12,7%	2,7%	19,0%
	MS	Count	0	0	0	6	0	6
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,1%	,0%	,1%
	MT	Count	3	0	1	95	0	99
		% within FIN	,7%	,0%	2,6%	2,0%	,0%	1,9%
	PA	Count	0	0	0	2	0	2
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%
	PB	Count	0	0	0	5	0	5
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,1%	,0%	,1%
	PE	Count	1	0	0	13	0	14
		% within FIN	,2%	,0%	,0%	,3%	,0%	,3%
	PI	Count	24	6	1	155	16	202
		% within FIN	5,2%	60,0%	2,6%	3,3%	43,2%	3,9%
	PR	Count	4	0	1	378	6	389
		% within FIN	,9%	,0%	2,6%	8,2%	16,2%	7,5%
	RJ	Count	0	0	1	275	3	279
		% within FIN	,0%	,0%	2,6%	5,9%	8,1%	5,4%
	RN	Count	1	3	0	49	0	53
		% within FIN	,2%	30,0%	,0%	1,1%	,0%	1,0%
	RO	Count	0	0	0	12	0	12
		% within FIN	,0%	,0%	,0%	,3%	,0%	,2%
	RS	Count	3	0	8	192	1	204
		% within FIN	,7%	,0%	21,1%	4,1%	2,7%	3,9%
	SC	Count	1	0	5	381	4	391
		% within FIN	,2%	,0%	13,2%	8,2%	10,8%	7,5%
	SE	Count	3	0	0	29	0	32
		% within FIN	,7%	,0%	,0%	,6%	,0%	,6%
	SP	Count	6	0	9	1742	1	1758
		% within FIN	1,3%	,0%	23,7%	37,6%	2,7%	33,9%
	TO	Count	2	0	0	70	1	73
		% within FIN	,4%	,0%	,0%	1,5%	2,7%	1,4%
Total	Count	460	10	38	4638	37	5183	

% within FIN	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parte B - Teste de Associação						
	Value	Sig. (2-sided)				
Pearson Chi-Square	1971,432	,000				
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação						
	Value	Sig. (2-sided)				
Cramer's V	,308	,000				
Contingency Coefficient	,525	,000				

Fonte: SPSS Statistics

Parte B - Teste de Associação		
	Value	Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1312,930	,000
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação		
	Value	Sig. (2-sided)
Cramer's V	,205	,000
Contingency Coefficient	,450	,000

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE E – Associação entre Montante Financiado e Finalidade

Tabela 6 – Associação entre Montante Financiado e Finalidade

Parte A - Tabulação Cruzada								
		Valor dos Contratos (VC)					Total	
		Qi1	Qi2	Qi3	Qi4	Qi5		
Finalidade	Bem	Count	195	85	86	68	26	460
		% within VC	18,8%	8,4%	8,1%	6,6%	2,5%	8,9%
	Bem/Capital de Giro	Count	0	4	1	5	0	10
		% within VC	,0%	,4%	,1%	,5%	,0%	,2%
	Bem/Obra	Count	2	1	3	10	22	38
		% within VC	,2%	,1%	,3%	1,0%	2,1%	,7%
	Capital de Giro	Count	839	911	972	939	977	4638
		% within VC	80,9%	90,5%	91,2%	91,1%	93,8%	89,5%
	Obra	Count	1	6	4	9	17	37
		% within VC	,1%	,6%	,4%	,9%	1,6%	,7%
	Total	Count	1037	1007	1066	1031	1042	5183
		% within VC	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parte B - Teste de Associação								
	Value	Sig. (2-sided)						
Pearson Chi-Square	253,205	,000						
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação								
	Value	Sig. (2-sided)						
Cramer's V	,111	,000						
Contingency Coefficient	,216	,000						

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE F – Associação entre Montante Financiado e Atividade

Tabela 7 – Associação entre Montante Financiado e Atividade

Parte A - Tabulação Cruzada								
			Valor dos Contratos (VC)					Total
			Qi1	Qi2	Qi3	Qi4	Qi5	
ATV	VAt1	Count	174	102	106	66	49	497
		% within VC	16,8%	10,1%	9,9%	6,4%	4,7%	9,6%
	VAt2	Count	513	486	541	488	438	2466
		% within VC	49,5%	48,3%	50,8%	47,3%	42,0%	47,6%
	VAt3	Count	17	24	22	24	24	111
		% within VC	1,6%	2,4%	2,1%	2,3%	2,3%	2,1%
	VAt4	Count	7	6	21	27	12	73
		% within VC	,7%	,6%	2,0%	2,6%	1,2%	1,4%
	VAt8	Count	0	1	0	0	10	11
		% within VC	,0%	,1%	,0%	,0%	1,0%	,2%
	VAt9	Count	5	1	0	1	3	10
		% within VC	,5%	,1%	,0%	,1%	,3%	,2%
	VAt11	Count	321	387	376	425	506	2015
		% within VC	31,0%	38,4%	35,3%	41,2%	48,6%	38,9%
	Total	Count	1037	1007	1066	1031	1042	5183
		% within VC	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Parte B - Teste de Associação							
				Value	Sig. (2-sided)			
		Pearson Chi-Square	216,827	,000				
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação								
			Value	Sig. (2-sided)				
		Cramer's V	,102	,000				
		Contingency Coefficient	,200	,000				

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE G – Associação entre Volume de Atividades Turísticas (VIAT) e UFs por período

Tabela 8 - Associação entre Volume de Atividades Turísticas (VIAT) e UFs por período

UF	Período		
	2020-1	2020-2	2021-1
CE	T2	T2	T1
PE	T3	T2	T3
BA	T2	T1	T3
MG	T3	T3	T2
ES	T2	T3	T3
RJ	T1	T2	T2
SP	T2	T1	T1
PR	T1	T2	T2
SC	T3	T3	T3
RS	T1	T1	T1
GO	T3	T3	T3
DF	T1	T1	T1

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE H – Associação entre Volume de Atividades Turísticas (VIAT) e Finalidade de Financiamento

Tabela 9 – Associação entre Volume de Atividades Turísticas (VIAT) e Finalidade de Financiamento

Parte A - Tabulação Cruzada						
		Volume de Atividades Turísticas (VIAT)			Total	
		T1	T2	T3		
Finalidade	Bem	Count	11	6	409	426
		% within VIAT	,6%	,6%	25,0%	9,6%
	Bem/Capital de Giro	Count	0	0	1	1
		% within VIAT	,0%	,0%	,1%	,0%
	Bem/Obra	Count	22	1	13	36
		% within VIAT	1,2%	,1%	,8%	,8%
	Capital de Giro	Count	1843	926	1202	3971
		% within VIAT	98,0%	98,5%	73,6%	89,2%
	Obra	Count	5	7	8	20
		% within VIAT	,3%	,7%	,5%	,4%
	Total	Count	1881	940	1633	4454
		% within VIAT	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parte B - Teste de Associação						
		Value	Sig. (2-sided)			
	Pearson Chi-Square	729,834	,000			
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação						
		Value	Sig. (2-sided)			
	Cramer's V	,286	,000			
	Contingency Coefficient	,375	,000			

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE I – Associação entre Recursos destinados por Finalidade e Volume de Atividades Turísticas e Atividades

Tabela 10 – Associação entre Recursos destinados por Finalidade e Volume de Atividades Turísticas e Atividades

Parte A - Tabulação Cruzada						
		Volume de Atividades Turísticas (VIAT)			Total	
		T1	T2	T3		
3ATV	VA1	Count	111	110	120	341
		% within VIAT	5,9%	11,7%	7,3%	7,7%
	VA2	Count	587	505	1004	2096
		% within VIAT	31,2%	53,7%	61,5%	47,1%
	VA3	Count	50	18	38	106
		% within VIAT	2,7%	1,9%	2,3%	2,4%
	VA4	Count	17	11	17	45
		% within VIAT	,9%	1,2%	1,0%	1,0%
	VA8	Count	6	5	0	11
		% within VIAT	,3%	,5%	,0%	,2%
	VA9	Count	0	1	2	3
		% within VIAT	,0%	,1%	,1%	,1%
	VA11	Count	1110	290	452	1852
		% within VIAT	59,0%	30,9%	27,7%	41,6%
Total		Count	1881	940	1633	4454
		% within VIAT	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parte B - Teste de Associação						
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)				
Pearson Chi-Square	460,418	,000				
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação						
	Value	Sig. (2-sided)				
Cramer's V	,227	,000				
Contingency Coefficient	,306	,000				

Fonte: SPSS Statistics

APÊNDICE J – Associação entre Volume de Atividades Turísticas e Valores de Contratos do Fungetur

Tabela 11– Associação entre Volume de Atividades Turísticas e Valores de Contratos do Fungetur

Parte A - Tabulação Cruzada						
VC			VIAT			Total
			T1	T2	T3	
Qi1	Count		228	60	454	742
	% within VIAT		12,1%	6,4%	27,8%	16,7%
Qi2	Count		302	145	388	835
	% within VIAT		16,1%	15,4%	23,8%	18,7%
Qi3	Count		343	228	342	913
	% within VIAT		18,2%	24,3%	20,9%	20,5%
Qi4	Count		423	286	254	963
	% within VIAT		22,5%	30,4%	15,6%	21,6%
Qi5	Count		585	221	195	1001
	% within VIAT		31,1%	23,5%	11,9%	22,5%
Total	Count		1881	940	1633	4454
	% within VIAT		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parte B - Teste de Associação						
		Value	Asymp. Sig. (2-sided)			
	Pearson Chi-Square	456,058	,000			
Parte C - Medidas de Assimetria da Associação						
		Value	Sig. (2-sided)			
	Cramer's V	,226	,000			
	Contingency Coefficient	,305	,000			

Fonte: SPSS Statistics